



TERMO JUSTIFICATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Santa Quitéria/CE, através da **Secretaria Municipal De Saúde**, vem justificar o procedimento de dispensa de licitação, nos termos adiante.

Dispensa de Licitação Eletrônica n.º **PCS-01.070425-SESA**

Objeto: **AQUISIÇÃO DE ITENS DE HIGIÊNE BUCAL PARA DISTRIBUIÇÃO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DO "PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA" – PSE.**

1 – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santa Quitéria reconhece a crescente necessidade de promover a saúde bucal entre os estudantes das escolas do município. A escassez de acesso a produtos de higiene bucal adequados tem contribuído para agravos na saúde oral da população infantojuvenil, resultando em um aumento nas incidências de cáries e outras doenças bucais. Este cenário demanda a implementação de ações efetivas no âmbito da saúde preventiva, em especial no contexto escolar, onde se pode alcançar um número significativo de crianças e adolescentes.

O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma iniciativa que visa integrar as ações de saúde e educação, promovendo o bem-estar dos alunos. A aquisição e distribuição de itens de higiene bucal aos estudantes são medidas fundamentais para garantir o autocuidado e a prevenção de problemas de saúde bucal desde cedo. No entanto, a falta desses recursos pode dificultar o alcance das diretrizes e objetivos do PSE, comprometendo a efetividade das ações educativas e de saúde planejadas.

Sob a óptica do interesse público, a solução proposta de fornecimento de itens de higiene bucal não apenas satisfaz uma demanda clara por parte das escolas e alunos, mas também promove a equidade na saúde, considerando que muitos estudantes carecem de condições financeiras para acessar esses produtos de forma privativa. Ao atender essa necessidade, a Prefeitura Municipal de Santa Quitéria estará contribuindo para a formação de hábitos saudáveis, aumentando a conscientização sobre a importância da saúde bucal e reduzindo potenciais gastos futuros com tratamentos odontológicos, impactando positivamente tanto o bem-estar social quanto a saúde pública do município.

Deste modo, a descrição da necessidade de fornecimento de itens de higiene bucal para o PSE apresenta-se fundamentada em dados concretos sobre a situação de saúde bucal dos alunos e revela a urgência de ações integradas que favoreçam não apenas a educação, mas igualmente a saúde integral da população estudantil.

2 – JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:

A supremacia do interesse público fundamenta a exigência como regra geral de licitação para contratação da Administração Pública. No entanto existem hipóteses em que a licitação formal seria impossível ou frustraria a própria consecução dos interesses públicos. Obviamente, nesses casos, a realização da licitação viria tão somente sacrificar o interesse público, motivo pelo qual o legislador concedeu ao administrador a faculdade de dispensar o certame nos casos expressamente previstos.

Assim, é de se concluir que, em se tratando de contrato administrativo, a dispensa deve ser a exceção, ocorrendo apenas nos restritos casos autorizados pela lei. Essa previsão é plenamente justificável quando a hipótese se encaixar nos cânones legais enunciados nos distintos casos em que o contrato a ser travado pode ser concretizado independentemente de licitação.

Em razão, de os serviços essenciais não poderem sofrer situação de continuidade, e entre esses o serviço pretendido é imprescindível, de uso, que se destina especialmente a execução dos serviços públicos para fruição e manutenção do desenvolvimento do conhecimento desejado.

3 – FUNDAMENTO JURÍDICO:

Como é sabido, a licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações é uma exigência constitucional, para toda Administração Pública, conforme ditames do artigo 37, XXI da CF/88, e da Lei Federal nº 14.133/21, ressalvados os casos em que a administração pode ou deve deixar de realizar licitação, tornando-a dispensada, dispensável e inexigível.

"Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência." E também, a seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

(Grifado para destaque)

4 - FUNDAMENTAÇÃO DA DISPENSA:

O caso em questão se enquadra perfeitamente no dispositivo em que a lei classifica como licitação dispensável, pois a justificativa da contratação já delimitada no Termo de Referência, parte integrante deste processo administrativo, fica caracterizada como tal.

Segundo a Lei Federal nº 14.133/21, em hipóteses tais, a administração pode efetivamente realizar a **contratação direta** para o serviço pretendido, mediante dispensa de licitação, conforme artigo 75, II do referido diploma, *in verbis*:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras"

(Grifado para destaque)

O valor em destaque acima sofreu atualização através do disposto no Art. 1º, do **Decreto n.º 12.343, de 30 de dezembro de 2024**, passando a prevalecer o valor de **R\$ 24.000,00**. E para o presente processo o melhor valor proposto se concentrou dentro da margem estabelecida.

Por tudo exposto, resta sobejamente provado que a Dispensa de Licitação para o serviço pretendido, mostra-se indispensável.

Desse modo, a hipótese tratada apresenta-se como um dos casos em que a administração pode (e deve) efetivamente dispensar o processo licitatório, realizando a contratação direta, conforme estabelece o artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.

5 - RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA:

A escolha recaiu sobre o fornecedor: **DISTRIBUIDORA PL MEDICAL LTDA.**, inscrito no CNPJ sob o nº **45.137.283/0001-56**.



Considerando as cotações de preços, e que a contratação se dá considerando os preços praticados no mercado, para que não haja prejuízo à Administração.

Vê-se, pois, que a administração contrata a empresa que oferece a proposta mais vantajosa, conforme os ditames da Lei Federal nº 14.133/21. No presente caso, fora a empresa supracitada, sobre a qual recaiu a contratação, apresentando o menor preço, justificando proposta mais vantajosa para a Administração.

6 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do Erário Municipal deve ser meta permanente de qualquer administração.

Como se sabe, tendo em vista que o objetivo dos procedimentos licitatórios é selecionar a proposta mais vantajosa à administração, e considerando o caráter excepcional das ressalvas de licitação, sendo a justificativa do preço um dos requisitos indispensáveis à formalização desses processos, a teor do inciso VII, do Art. 72 da lei de licitações.

Tratando-se de licitação dispensável, ou seja, quando em tese há a possibilidade de competição, mostra-se pertinente a realização de pesquisa de preço colimando apurar o valor de mercado da referida contratação.

Através de coletas de preços, restou devidamente comprovado que os valores a serem pagos ao possível contratado encontram-se em conformidade com a média do mercado específico, segundo Termo de Referência constante dos autos. Assim, vale ressaltar que o preço a ser pago encontra-se em conformidade com o menor preço do mercado específico, e que o valor total do serviço será de **R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil, quatrocentos reais)**.

7 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS:

Os recursos necessários ao custeio da despesa oriunda com a presente contratação encontram-se devidamente alocados no orçamento municipal e correrão por conta da classificação abaixo discriminada:

UNIDADE: 22.03 - Fundo Municipal de Saúde

CLASSIFICAÇÃO: 10.301.0025.2.034.0000 - Ações e Serviços Públicos de Saúde - SAÚDE BUCAL

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO.

Pelo exposto, submeto o presente Processo Administrativo de Dispensa de Licitação e anexos à devida autorização.

Santa Quitéria/CE, 15 de abril de 2025.

Ana Patrícia Sousa Ximenes
Secretária Municipal de Saúde